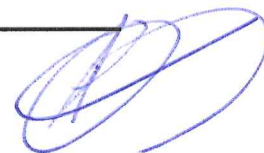




Câmara Municipal de Mêda

Ata Número 8


Almeida

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Mêda

Realizada no dia dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas e quarenta minutos, realizou-se a Reunião Ordinária do Executivo Municipal, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mêda, sob a Presidência do Senhor António César Valente Figueiredo, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mêda, estando presente a Senhora Vereadora pela coligação AD-PSD/CDS: Carla Sofia Silva Sequeira e os Senhores Vereadores eleitos do PS: Anselmo Antunes de Sousa e Carlos Bruno Fial Pereira.-----

Pela coligação AD-PSD/CDS, faltou o Senhor Vereador Carlos Alberto Batoco Montês, que justificou a sua ausência.-----

A Reunião, foi secretariada pela Assistente Técnica desta Autarquia, Letícia Lopes Almeida. -----
Verificada a existência de “quórum”, foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Intervenção do público; -----

Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; -----

Situação financeira – Conhecimento; -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 - Análise e aprovação da Ata número sete da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia doze de fevereiro de dois mil e vinte e seis; **Ponto 2** - Aprovação de Demonstração de Desempenho Orçamental 2025; **Ponto 3** - 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de 2026; **Ponto 4** - Empréstimo para Financiamento de Investimentos – Alteração dos Investimentos a Financiar; **Ponto 5** - Especificação dos Investimentos a Financiar com o Empréstimo de Aquisição de Imóveis; **Ponto 6** - Ratificação-sanação da deliberação tomada em reunião de câmara, relativa à atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Barreira, para realização do “XXXVII encontro venatório do nordeste transmontano”; -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Intervenção do público; -----

Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; -----

Situação financeira – Conhecimento; -----

Usou da palavra o Sr. **Presidente César Figueiredo**, dando início à reunião, cumprimentando todos os presentes, e referiu que se iria dar início à ordem de trabalhos previamente distribuída. Informou que pretendia introduzir um ponto relacionado com a atribuição de um apoio, referente à transferência de uma verba para a Freguesia de Barreira, aprovado na anterior reunião de Câmara, esclarecendo que o motivo da introdução desse ponto complementar se deveu a, por lapso, na documentação que instruiu a anterior proposta, não ter sido junta a ficha de cabimento do apoio a conceder, nem o respetivo número da proposta. Nesse sentido, e para que o procedimento fique devidamente regularizado e em conformidade legal, impor-se-á sanar a deliberação anteriormente tomada, através da apresentação da proposta por agora junta de ratificação-sanação dessa deliberação, sublinhando que este é o momento adequado para o fazer, uma vez que o evento ainda não se realizou. Acrescentou que esta introdução carece da concordância dos Senhores Vereadores, propondo que o assunto seja incluído como ponto número seis da ordem de trabalhos, o que mereceu a concordância dos presentes. De seguida, o



Senhor Presidente assinalou que, pela primeira vez no seu mandato enquanto Presidente da Câmara, a reunião conta com intervenção do público, aproveitando para agradecer desde já essa participação, independentemente da situação que tenha motivado a sua presença. Destacou que considera importante a participação dos cidadãos nas reuniões públicas, precisamente por se tratar de um espaço que permite alertar o Executivo e o Município para situações que possam carecer de atenção ou correção. Encontrando-se a reunião no período antes da ordem do dia, informou que a intervenção do público teria lugar de seguida, dando a palavra ao Senhor Vítor Soares para expor o assunto que o trouxe à reunião.

Tomou a palavra o **Senhor Vítor Soares**, cumprimentando todos os presentes, designadamente o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, referindo que considerava importante a realização de reuniões públicas, enquanto espaço de participação dos cidadãos, salientando que, tanto quanto se recordava, a reunião pública se realiza, habitualmente, no final de cada mês. Informou que a sua intervenção incidia sobre três questões. A primeira questão referia-se à omissão, na ata da reunião de Câmara de 23 de julho de 2025, da intervenção que realizou naquela data, referindo que, após consulta da referida ata, não encontrou qualquer referência à sua participação. A segunda questão referia-se à correção da toponímia da Rua Dona Maria do Carmo Lacerda Faria. O terceiro e último ponto dizia respeito à situação da reparação da iluminação do nosso castelo, que, apesar de já ter sido reportada na reunião de 23 de julho de 2025, ainda se mantinha por resolver. Referiu que, o Senhor Presidente, na altura, questionou o Vice-Presidente sobre o que estaria a fazer o técnico da Câmara para que a lâmpada ainda não tivesse sido reparada. Referiu que, na noite anterior, após o jantar, deu uma volta a pé e constatou que a lâmpada continuava por reparar. Sublinhou que, estes eram os pontos que gostaria de ver esclarecidos e resolvidos. -----

Tomou a palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, referindo que recordava perfeitamente a presença do Senhor Vítor Soares na reunião de 23 de julho, embora não se lembrasse com precisão se a intervenção ocorreu nessa reunião ou em outra data, nem dos detalhes da discussão. Contudo, reconheceu a validade da sua presença em reunião pública e a pertinência dos assuntos que trouxe. Referiu, ainda, que a questão relacionada com a ata provavelmente já foi aprovada e publicitada, mas destacou que verificaria, caso haja alguma irregularidade, procurará esclarecer o motivo, reconhecendo que a secretária responsável é atualmente diferente. -----

Tomou da palavra o **Sr. Vereador Anselmo Sousa**, que referiu estar presente na reunião quando a intervenção ocorreu e acrescentou que concordava com o Sr. Vítor Soares, reconhecendo que teve toda a razão na sua intervenção. Acrescentou que, algum tempo depois, o próprio Senhor Vítor o contactou para questionar a ausência da sua intervenção na ata. Manifestou que se deve ter tratado de um lapso, considerando que, na altura, existiam várias atas em atraso, e foram algumas submetidas para aprovação simultaneamente, o que provavelmente levou à omissão da verificação da referida intervenção. -----

Tomou a palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, referiu que o Município também tem o direito de que a intervenção dos cidadãos seja registada na ata. Quanto à resposta, explicou não saber o motivo, mas apresentou desculpas, salientando que a omissão, mesmo que não tenha sido intencional, afeta um direito do cidadão. Acrescentou que a intervenção do Sr. Vítor Soares constitui uma manifestação de opinião que deve ser considerada e publicada. Referiu que, a questão da toponímia constitui um dos grandes desafios deste Executivo, não apenas relativamente a uma rua em particular, mas à toponímia do concelho no seu todo. Acrescentou que, por força das alterações ocorridas nos CTT, que passaram da esfera pública para a esfera privada, também os funcionários deixaram de ser aqueles que anteriormente conheciam os



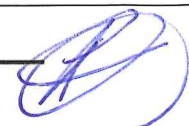
46 metros

municípios e as respectivas moradas, existindo antes uma proximidade que permitia identificar facilmente as pessoas sem necessidade de indicação rigorosa do nome das ruas, situação que deixou de se verificar. Referiu, ainda, que um dos grandes objetivos deste Executivo, e em particular da sua responsabilidade enquanto Presidente, é regularizar esta situação com a maior brevidade possível, manifestando a expectativa de que a mesma possa estar resolvida até ao final do corrente ano. Manifestou que esta situação não se verifica apenas relativamente à rua em concreto que foi mencionada, incluindo as aldeias, onde, em muitos casos, os carteiros se deslocam ao local e acabam por regressar sem efetuar a entrega, por não conseguirem identificar corretamente as moradas nem obter informação adicional, constituindo, por isso, um compromisso e um desafio para o Executivo Municipal. Quanto à situação da iluminação do castelo, referiu que se trata de uma luz na torre do relógio. Acrescentou que já tinha recebido este reporte e que, neste mandato, já deu indicações para que a situação seja resolvida. -----

Tomou a palavra o **Senhor Vítor Soares**, referindo que, relativamente à toponímia e à história do “copo meio cheio, meio vazio”, “se temos um autocarro numa paragem e esperamos que fique cheio, ou arrancamos com o número de pessoas que está naquela paragem e vamos enchendo o autocarro ao longo das paragens”, relativamente à correção do nome da Rua Dona Maria do Carmo Lacerda Faria, pelo que sabe e pelo que a ANACOM lhe transmitiu, e que transmitiu à Câmara Municipal através de um email, basta um ofício da Câmara Municipal para os respetivos serviços completarem o nome da artéria, porque o nome da artéria está incorreto, tendo sido retirado o nome “Lacerda”. -----

O **Sr. Presidente César Figueiredo**, referiu que se trata de uma questão diferente, explicando que pode ser uma pretensão do Senhor Vítor Soares ou a sua opinião sobre o que considera aceitável, mas que o processo de toponímia envolve uma comissão composta por várias pessoas, incluindo autarcas, técnicos e outros elementos competentes para o efeito. Acrescentou que os próprios técnicos e a comissão podem entender que o nome da artéria não necessita de estar completo e que pode constar apenas parcialmente, podendo essa ter sido a decisão tomada. Salientou que pretende averiguar a situação para perceber se a observação apresentada tem fundamento, se a comissão de toponímia achou incluir apenas determinados nomes na placa ou se se trata de outro motivo, de forma a clarificar a questão. De seguida, deu-se a palavra aos Senhores Vereadores. -----

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, referindo que é sempre um gosto assistir às intervenções do público nas reuniões, por serem sinal de que o Executivo não atua isoladamente, mas conta também com o contributo da população, que permite trazer um retrato do concelho e das suas necessidades. Acrescentou que, nesta reunião, pretendia partilhar alguns temas com os membros do Executivo, começando por fazer referência ao desfile de Carnaval, destacando a mobilização das crianças e da comunidade escolar, assim como o envolvimento dos pais. Referiu ainda que o plano B, em relação à meteorologia, estava devidamente articulado, destacando que o pavilhão estava preparado para receber as crianças em caso de necessidade. Acrescentou que, de qualquer forma, deveria ter sido evitado que, pelo menos, os alunos do pré-escolar tivessem de se deslocar a pé, sugerindo que poderiam ter sido transportados de autocarro para o pavilhão, de forma a evitar o breve período de chuva que apanharam no caminho. Referiu, ainda, que, uma vez que estava a falar da temática relacionadas com as crianças, pretendia igualmente falar sobre o Parque Municipal. Referiu que,



4fmeda

estando ainda no inverno, o Parque Municipal é atualmente pouco frequentado, mas que, com a chegada da primavera, certamente se observará novamente a presença das crianças e o burburinho típico do espaço nos finais de tarde. Questionou se está prevista alguma intervenção no parque, uma vez que os próprios equipamentos necessitam de manutenção, assim como as áreas jardinadas. Acrescentou que, se deveria dotar o espaço com outras mais-valias, referindo que as casas de banho necessitam de remodelação e que a existência de um fraldário seria conveniente. Considerou também pertinente equacionar a instalação de um sistema de videovigilância, dado que o espaço se encontra, por vezes, sujeito a atos de vandalismo. No âmbito não apenas do parque, mas da mobilidade urbana, referiu que constatou esta semana que alguns troços dos passeios da avenida estão a ser intervencionados, o que considera positivo, mas que subsistem lacunas no que respeita à acessibilidade, nomeadamente para pessoas com cadeira de rodas e carrinhos de bebés, que têm dificuldade em vencer os lancis e transitar entre faixas. Acrescentou que várias artérias da cidade, capital do concelho, apresentam passeios em muito mau estado, enquanto noutras ruas os passeios são inexistentes. Acrescentou que, neste contexto, seria necessário desenvolver um trabalho hercúleo, embora pudesse ser implementado de forma gradual, de modo a dotar a capital do concelho de vias pedonais e ciclovias. Referiu que, nas grandes opções do plano para este ano, estava contemplado um projeto de ciclovia na Mêda. Para ilustrar algumas das carências existentes, mencionou os passeios localizados entre as traseiras do Parque e o Estádio Municipal, descrevendo-os como exíguos, sobretudo devido à presença de árvores, o que impossibilita a circulação de cadeiras de rodas e carrinhos de bebés, mesmo em áreas que normalmente apresentam elevada fluência de pessoas, famílias e crianças. Terminou a intervenção deixando esta reflexão e proposta para que não se verifiquem descuidos no futuro, agradecendo a atenção do Senhor Presidente e dos membros do Executivo. -----

Tomou da palavra o Sr. Vereador Anselmo Sousa, acrescentou que partilhava o que tinha sido referido pelo Sr. Vereador Carlos Fial, referindo que existem alguns edifícios municipais degradados há quatro, ou cinco anos, que necessitam de intervenção, considerando-as urgentes. Questionou sobre a situação das candidaturas efetuadas na altura para projetos de eficiência energética, mencionando especificamente a Casa da Cultura e as Piscinas, que necessitam de intervenção urgente. Referiu que, considera prioritário averiguar a possibilidade de recorrer a candidaturas de eficiência energética para responder a estas necessidades urgentes. -----

Usou da palavra o Sr. Presidente César Figueiredo, referiu que a necessidade de intervenção nestas matérias já vem sendo debatida há mais de dez ou quinze anos. Acrescentou que iria começar por responder à última questão colocada, sem deixar de abordar as restantes. Salientou que, o Executivo não deve preocupar-se apenas em realizar obras novas, mas também em assegurar a sua manutenção. Observou que, muitas vezes, do ponto de vista da perceção pública, apenas se valoriza a realização de novas obras, entendendo-se que, se não houver obra nova, nada foi feito, quando, na realidade, a manutenção dos equipamentos pode ter igual ou até maior relevância. Deu como exemplo que a manutenção da rede viária pode ser tão importante quanto a construção de uma nova estrada. Referiu ainda que, é necessário garantir conforto financeiro e definir dois caminhos: recorrer a candidaturas, quando existam, ou, na sua ausência, realizar as intervenções que forem financeiramente possíveis, ainda que não na sua totalidade. Informou que, neste momento, está a ser efetuado um levantamento com vista à elaboração de um projeto, esclarecendo que o Município não dispõe atualmente de um projeto concluído.



Alameda

Acrescentou que, para efeitos de candidatura, o projeto tem de estar completo, integrando não apenas a componente de eficiência energética, mas também as vertentes estruturais e as infraestruturas associadas nomeadamente as redes pluviais e a rede de saneamento. Referiu que é fundamental assegurar a correta separação entre estas redes, salientando que, atualmente, existem situações em que os esgotos são indevidamente encaminhados para as redes pluviais, ou vice-versa, o que origina constrangimentos e encargos acrescidos para o Município. Manifestou que, deve existir uma estratégia clara quanto à atuação do Município nestas matérias. Salientou que, caso não exista capacidade financeira para executar as intervenções na sua totalidade, será necessário recorrer a candidaturas. Caso não seja possível obter financiamento externo, as intervenções terão de ser realizadas de acordo com a capacidade financeira disponível e com as prioridades definidas pelo Executivo. Deu como exemplo a Casa da Cultura, referindo que, embora a pintura seja necessária, a intervenção mais urgente prende-se com a substituição do telhado do polivalente, que se encontra degradado e ainda contem fibrocimento situação que se arrasta há vários anos e que condiciona a realização de eventos naquele espaço. Informou que, neste momento, está a ser efetuada uma avaliação com vista à elaboração de um projeto de intervenção, que poderá servir de base a uma candidatura ou, caso tal não seja possível, funcionar como um plano orientador para a execução faseada das intervenções, em função da capacidade financeira do Município, ainda que a sua concretização possa ocorrer ao longo de vários anos. Acrescentou que não será possível, no atual mandato, proceder à recuperação de todos os edifícios públicos, considerando tal objetivo irrealista. No entanto, salientou que é necessário iniciar esse processo, referindo que existe essa responsabilidade por parte do Executivo. Esclareceu que, quando se refere à recuperação dos edifícios públicos, não se trata da construção de novos edifícios, mas sim da reabilitação dos existentes. Referiu ainda que, no presente mandato, uma das principais prioridades tem sido o espaço escolar, designadamente o complexo escolar, o qual, sendo um equipamento público, exige uma atenção particular. Acrescentou que é necessário garantir a capacidade financeira adequada para assegurar a resolução dessas necessidades. Referiu que, se tivesse de estabelecer prioridades entre as necessidades da escola, da Casa da Cultura e das piscinas, a sua prioridade seria o Complexo Escolar. Justificou que existe um projeto e uma candidatura aprovados, sendo necessário assegurar capacidade financeira para a sua execução. Acrescentou que a candidatura poderá não abranger todas as necessidades identificadas, pelo que o Município deve estar preparado para complementar os investimentos necessários. Mencionou que, o processo já foi iniciado, mas considerou que é necessário ir mais além. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Vereador Carlos Fial no âmbito da mobilidade, e dos passeios do Parque Municipal, referiu que iria retomar uma situação que já tinha sido anteriormente abordada em reunião. Referiu que, foi iniciado o procedimento relativo ao Plano de Mobilidade Urbana, que visa melhorar a mobilidade entre as freguesias e a sede do concelho, bem como as ligações desta ao restante território. Mencionando que o objetivo é garantir melhores condições de acessibilidade, permitindo que pessoas provenientes de diferentes pontos do país, nomeadamente do Algarve, Lisboa ou Porto, possam chegar a Mêda de forma eficaz, assegurando a articulação entre os diferentes meios de transporte e reduzindo as dificuldades de deslocação até ao concelho. Referiu que o Município está a desenvolver esforços nesse sentido, no âmbito da mobilidade urbana, salientando que será necessária uma transformação. Destacou que essa transformação exigirá capacidade e determinação política, considerando que não deve haver aproveitamento político das medidas a implementar, uma vez que o objetivo é melhorar as condições de mobilidade, segurança e qualidade de vida da população. Referiu ainda que algumas intervenções poderão implicar a remoção de árvores que, apesar da sua antiguidade, possam estar a comprometer a mobilidade, acessibilidade e a segurança adequada dos espaços públicos. Manifestou que, essas decisões poderão ser alvo de



[Handwritten signature]
Lilmeda

críticas, mas que deverão ser tomadas com base na salvaguarda da segurança e do interesse público, dando como exemplo algumas árvores existentes junto ao Paços do Concelho, que, devido à sua idade e características, poderão representar riscos em condições meteorológicas adversas. Deu como exemplo a situação ocorrida na Rua Dona Maria do Carmo Lacerda, onde foi necessário proceder ao abate de uma árvore de grande porte e antiguidade, por razões de segurança, salientando que, apesar do seu valor simbólico, a intervenção foi indispensável para salvaguardar pessoas e bens. Referiu que, no âmbito do Plano de Mobilidade Urbana em elaboração, estas questões serão igualmente consideradas, esclarecendo que o documento será objeto de discussão pública, assegurando a participação dos cidadãos. Salientou que este plano constitui um instrumento estratégico de grande importância para o concelho, com impacto previsto para os próximos dez, quinze ou vinte anos, permitindo definir e orientar as intervenções necessárias ao nível da mobilidade. Acrescentou que, embora não seja possível executar todas as intervenções no decurso de um único mandato, é fundamental iniciar esse processo de forma faseada e estruturada, definindo prioridades e assegurando a sua concretização progressiva. Informou ainda que o Plano de Mobilidade Urbana representa um investimento no valor de quarenta mil euros, financiado através de candidatura com comparticipação, prevendo-se que o documento esteja concluído até ao final do mês de junho, para posterior discussão e apreciação. Referiu que o Plano de Mobilidade Urbana permitirá definir, de forma técnica e fundamentada, as orientações estratégicas a adotar, não se tratando apenas da definição de intenções por parte do executivo, mas de um documento elaborado por entidades qualificadas, que estabelecerá as intervenções necessárias e servirá de guia para a atuação futura do Município. Manifestou a urgência associada a este processo, no sentido de resolver as questões de mobilidade no concelho, nomeadamente no que respeita à ligação da EN2 e à articulação com os principais eixos rodoviários estruturantes. Manifestou ainda a expectativa de que uma versão do documento possa estar disponível durante o mês de março. Acrescentou que o Plano de Mobilidade abrangerá todas as avenidas do concelho, sem exceção, incluindo a definição dos percursos destinados a ciclovias, considerando tratar-se de uma necessidade prioritária para garantir melhores condições de circulação e segurança. Destacou, em particular, a situação do troço rodoviário que estabelece a ligação entre as rotundas do cemitério e de Longroiva, cuja responsabilidade é das Infraestruturas de Portugal, referindo tratar-se de um local que apresenta preocupações ao nível da segurança. Informou que já transmitiu àquela entidade a disponibilidade do Município para assumir a gestão desse troço, desde que tal seja acompanhado do necessário reforço financeiro que permita a realização das intervenções indispensáveis, por forma a assegurar condições adequadas de segurança para os utilizadores. Referiu que, relativamente ao Parque Municipal, está em curso uma avaliação com vista à concretização de um projeto que considera ser uma necessidade: a criação de um Parque Municipal dinâmico. Esclareceu que entende por dinâmico um parque adaptado às realidades e exigências atuais, e não às que existiam há 40 ou 50 anos. Acrescentou que, no passado, o parque funcionava de forma diferente, recordando que, quando era criança, se deslocava a pé desde casa e ali permanecia enquanto os pais trabalhavam, sob a supervisão das professoras. No entanto, salientou que as dinâmicas familiares mudaram e que, hoje, os pais pretendem também usufruir do espaço, permanecer no local e partilhá-lo com os seus filhos e restantes familiares, incluindo avós e netos. Referiu que preconiza a criação de uma solução que permita a eventual saída da associação atualmente instalada naquele espaço, atendendo às dificuldades existentes. No entanto, reforçou que não se pretende, de forma alguma, prejudicar ou desalojar uma associação que desenvolve um trabalho meritório na Mêda, defendendo antes que deverá ser encontrada uma alternativa que assegure a essa associação um espaço digno e adequado à continuidade da sua atividade. -----



Alameda

Acrescentou ainda que as atuais instalações sanitárias não apresentam condições, considerando necessária a criação de uma nova infraestrutura, devidamente adaptada à realidade local, aos princípios de sustentabilidade e às preocupações ambientais. Manifestou que o objetivo passa por criar um espaço de lazer e convívio destinado às famílias, onde pais, avós e demais familiares possam permanecer com conforto e segurança enquanto as crianças usufruem de um espaço reservado, protegido e devidamente supervisionado. Manifestou também a sua preocupação relativamente à identificação das fontes de financiamento necessárias para a concretização desta intervenção, reconhecendo tratar-se de uma obra de dimensão significativa. Informou que já foram iniciadas diligências nesse sentido e que, oportunamente, apresentará o assunto ao Executivo para análise e discussão, de forma a recolher os respetivos contributos. Sublinhou, por fim, que as ideias que apresenta não constituem mera especulação, mas sim intenções concretas e fundamentadas relativamente ao que pretende ver implementado naquele espaço. Salientou que, entende como necessário que ali venha a ser criado um espaço dinâmico, capaz de se adaptar às diferentes épocas do ano, designadamente ao inverno e ao verão, bem como às necessidades e à perceção das crianças, assumindo igualmente uma vertente de centro de aprendizagem. Esclareceu que, no contacto com o complexo escolar, verifica que muitas crianças não possuem um conhecimento aprofundado do território onde vivem, desconhecendo, por exemplo, a existência de Aldeias históricas, de raças autóctones e o facto de o concelho integrar uma região demarcada do Douro. Acrescentou ainda que o território apresenta, do ponto de vista da sustentabilidade, potencialidades relevantes, nomeadamente ao nível do desenvolvimento de um polo termal e de outras valências. Defendeu, por isso, que o referido espaço deverá assumir também uma função didática, permitindo às crianças usufruir do mesmo em contexto de convívio, mas igualmente de aprendizagem e valorização do território. Referiu, relativamente ao desfile de Carnaval, que é apologista e afirma-o sem qualquer problema de que, tratando-se de um desfile de Carnaval, o mesmo deve realizar-se nas ruas da cidade, nomeadamente na Avenida, sem pôr em causa a segurança e o bem-estar de todos os participantes. Esclareceu que a realização da atividade foi previamente articulada com o Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas e com a Senhora Vereadora, tendo sido definidas as condições necessárias para a sua concretização, nomeadamente a existência de uma alternativa caso as condições meteorológicas fossem adversas. Acrescentou que também foram tidas em consideração as orientações da Proteção Civil, que indicaram a possibilidade de realização do desfile. Referiu ainda que a decisão tomada resultou de consenso, por unanimidade, não tendo constituído uma imposição sua, do Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas ou da Sra. Vereadora. No entanto, no decurso da atividade, foi avaliado que poderia constituir um risco a deslocação das crianças até a Câmara Municipal, tendo, por esse motivo, sido ajustado o percurso inicialmente previsto. Salientou que as decisões devem ser tomadas pelas entidades com responsabilidade direta na organização e salvaguarda das condições de segurança, designadamente o Executivo Municipal e a Direção do Agrupamento de Escolas, respeitando naturalmente as diferentes opiniões, mas priorizando sempre a segurança e o bem-estar das crianças. Por fim, referiu que a sua posição é a de procurar, sempre que possível e em condições de segurança, que o desfile de Carnaval decorra nas ruas da cidade, considerando que tal promove uma maior proximidade com a população, nomeadamente com os munícipes mais idosos, que poderão ter maior dificuldade em deslocar-se a outros locais. Referiu que a situação decorreu de forma muito positiva, agradecendo o empenho dos funcionários da Autarquia, que executaram as suas tarefas de forma adequada, garantindo a segurança e a articulação necessária. Esclareceu que todas as ações foram planeadas e coordenadas, não tendo sido realizadas de forma precipitada, destacando que, dado o carácter dinâmico dos eventos, é necessário manter flexibilidade e capacidade de adaptação. -----



Almeida

Referiu que pretendia assinalar uma situação antes de dar seguimento à ordem do dia, informando que estará presente na inauguração da BTL através da CIM no dia 25 de fevereiro. Referiu que, caso os vereadores tenham disponibilidade, poderão visitar a Feira Nacional de Agricultura através Associação do Douro Superior no dia 13 de junho, ano dedicado ao pastor, ocasião em que será possível envolver o conjunto de agricultores locais. Informou, ainda, que, relativamente à saúde, já foi constituído o Grupo de Trabalho da Saúde e que, dada a relevância do tema, será organizada uma reunião extraordinária aberta ao público no mês de março, permitindo que os cidadãos e os eleitos questionem e acompanhem o assunto em debate. A reunião está prevista para o dia 20 de março, com início às 17h30, garantindo assim a possibilidade de participação da população. Referiu que, no âmbito da Câmara e da Comissão, esta representado um elemento indicado pelo PS, pela AD e pelo grupo “Nosso Cidadão”. Informou que o objetivo é tratar diretamente com a entidade competente, ou seja, com quem tem responsabilidade na decisão, de forma a obter esclarecimentos. Referiu que convidou a Dra. Rita Figueiredo, Presidente da ULS, e que, caso não possa comparecer, haverá outro membro do Conselho de Administração com capacidade para prestar os esclarecimentos necessários.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 - Aprovação da ata número 7ª da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia doze de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a ata nº7 referente à reunião ordinária de câmara realizada no dia doze de fevereiro de dois mil e vinte e seis, devendo a mesma ser divulgada nos meios do Município. Não tendo estado presente na reunião anterior, a Senhora Vereadora Carla Sequeira não participou na votação.

Ponto 2 - Aprovação de Demonstração de Desempenho Orçamental 2025;

O Sr. Presidente César Figueiredo, relativamente ao ponto “Aprovação de demonstração de Desempenho Orçamental de 2025”, referiu tratar-se de um documento técnico, que se encontra à disposição dos membros do Executivo. Esclareceu que o mesmo contempla a transição do saldo de gerência do ano anterior, correspondente às operações orçamentais apuradas, registando um montante de 3.424.000,00 euros. Deu a palavra aos Senhores Vereadores para colocarem as suas dúvidas. -----

Tomou da palavra o Sr. Vereador Carlos Fial, referindo que, tal como o Senhor Presidente mencionou, trata-se de um documento técnico. Acrescentou que, sendo elaborado no sistema SNC, apresenta o formato habitual. Assim, considerou que, no futuro, poderia ser ponderada a apresentação de uma breve explicação técnica por parte dos serviços do Município ou de outros técnicos envolvidos na elaboração dos mapas, por forma a facilitar a compreensão dos elementos constantes no documento. Referiu que tem interesse em perceber com maior detalhe os números apresentados. Reconheceu que existe um saldo transitado do ano anterior, mas salientou que o documento contém rubricas identificadas por siglas ou letras designadamente “N”, “1”, “A”, “B” e “C” sem a respetiva legenda explicativa, o que poderia contribuir para uma mais-valia, auxiliar na interpretação do documento. Concluiu referindo que as observações apresentadas dizem respeito apenas à forma de apresentação do documento, informando que o seu sentido de voto seria favorável, por se tratar de um documento técnico, ao qual nada tem a opor. -----



Tomou da palavra o **Sr. Vereador Anselmo Sousa** referindo que, relativamente ao mapa apresentado, a leitura do mesmo não é muito fácil, sendo necessário analisar com atenção as rubricas que foram objeto de reforço. -----

4.ª reunião

O **Sr. Presidente César Figueiredo** colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar o Mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental e submetê-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea m), do n.º 1 do art.º 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para que a Assembleia Municipal a possa apreciar e votar, de acordo com o disposto na alínea k), do n.º 1, do art.º 25º do Anexo I do supracitado diploma legal. -----

Ponto 3 - 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de 2026;

O **Sr. Presidente César Figueiredo**, apresentou o ponto, e deu a palavra aos Senhores Vereadores para se pronunciarem. -----

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, referindo que, enquanto o primeiro mapa constitui um elemento de caráter técnico, o presente documento apresenta um caráter mais político, dado que o reforço das rubricas reflete também a vontade política do atual Executivo. No que se refere ao ponto da revisão e tendo em consideração as rubricas que foram reforçadas, seguirá a mesma orientação de voto que adotou na votação do orçamento, optando por se abster. Explicou que, embora algumas rubricas necessitem efetivamente de reforço, nomeadamente no que respeita a despesas correntes e despesas de pessoal, mantém a decisão de abstenção por questão de coerência em relação à sua votação no orçamento. -----

O **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o ponto à votação. A Câmara Municipal deliberou, por maioria dos presentes, e com duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, aprovar 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de 2026, e submetê-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea m), do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, para que a Assembleia Municipal a possa apreciar e votar, de acordo com o disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I do supracitado diploma legal. -----

Ponto 4 - Empréstimo para Financiamento de Investimentos – Alteração dos Investimentos a Financiar;

O **Sr. Presidente César Figueiredo**, referiu que, neste momento, é importante compreender as necessidades existentes. Explicou que, no anterior mandato, foi solicitada à Câmara Municipal e aprovada pela Assembleia Municipal a contratação de um empréstimo para dois fins: o pagamento da diferença entre o que era financiado e o que não era financiado das intempéries, cujo montante era de 1.300.000,00 euros, sendo que 600.000,00 euros deveriam ser assegurados com recursos próprios. Referiu que, houve outra situação relacionada com a “rotunda”, que não se destina à zona industrial em si, mas sim às infraestruturas necessárias para a mesma, nomeadamente eletrificação e fornecimento de água, correspondendo à criação de infraestruturas que pudessem atender à antiga zona industrial. Explicou que, relativamente ao montante de 600.000,00 euros, quase a totalidade do investimento de 1.300.000,00 euros foi executada sem necessidade de contratação do empréstimo, tendo este já sido integralmente liquidado. Referiu que, relativamente ao outro ponto, correspondente a 700.000,00 euros, numa primeira fase, a eletricidade teria que ser fornecida através do ponto de transformação da antiga zona industrial. Esclareceu que, do ponto de vista técnico, verificou-se a viabilidade desta solução, tendo sido considerado mais adequado garantir energia com qualidade suficiente para o tipo de



4.ª marca

atividade a ser implantada na zona industrial. Explicou que, caso surja a necessidade de empresas com máquinas de alta precisão, estas não poderiam sofrer oscilações de picos de energia. Assim, optou-se por captar a energia na linha que vai para Ranhados, ligando-a diretamente a um posto de transformação já instalado na zona industrial, identificado como a pequena estrutura branca à entrada do local. Acrescentou que, com a água exigirá uma situação específica, dado que a hidropressora instalada no Bairro do Morro, no mandato anterior, para fornecer pressão suficiente ao bairro. Esta pressão permite avaliar se é viável a distribuição de água de forma a que o bairro tenha água corretamente, sem oscilações ou rutura das condutas. Referiu que, verificando o andamento da obra, percebeu-se que está a decorrer de forma satisfatória. Explicou que será necessário fornecer pressão também ao Bairro do Prazo, uma carência existente há cerca de 30 anos, uma vez que os moradores das partes mais altas do bairro não têm pressão suficiente, comprometendo até o funcionamento dos esquentadores. Informou que, tomou a iniciativa de, ao resolver o problema de fornecimento de água à zona industrial, também solucionar a questão da área habitacional. Referiu que, a solução passará por seccionar a área do Bairro do Prazo e garantir a distribuição adequada de caudal entre o bairro e a zona industrial, podendo incluir intervenções personalizadas nas habitações. Salientou que os 700.000,00 euros previstos não poderão ser aplicados até que se defina a forma exata de execução, dado que os estudos atuais, apresentam dados diferentes dos existentes há três anos. Assim, embora o montante esteja disponível, a sua utilização poderá ser ajustada consoante as necessidades. Seguidamente explicou que, a escola possui um constrangimento, tendo sido classificada como P3, prioritárias, mas não urgentes, enquanto que as P2 e P1, são consideradas prioritárias em termos de financiamento. Esclareceu que, quando foi sinalizada a inserção do Município na Associação Nacional de Municípios como Escola P3, foi imediatamente iniciado o procedimento e a candidatura para as obras escolares, sem que, na altura, as rubricas estivessem identificadas conforme atualmente. Informou que, do total de 1.880.000,00 euros de investimento previsto para a escola, existe financiamento assegurado para 1.550.000,00 euros, cabendo ao Município suportar entre 320.000,00 e 330.000,00 euros neste primeiro investimento. Explicou que, este investimento inicial será concluído com a execução do PIRR e que, por essa razão, é necessário avançar o mais rapidamente possível, estando as obras já em andamento. Referiu que se verificaram algumas incongruências na execução das obras escolares, sinalizadas pelo Sr. Diretor das Escolas e pela Sra. Vereadora Carla Sequeira, que carecem de recálculo. Especificou que, por exemplo, os sanitários para deficientes estavam previstos apenas no polo central, enquanto os outros três polos não possuíam estas instalações, sendo necessário corrigir esta situação. Acrescentou que, nos dias de hoje, iniciar uma obra deste tipo, tem de ficar tudo devidamente bem executado, bem como outras intervenções, como a alteração da canalização no sistema de aquecimento, e outros trabalhos complementares. Informou que já é conhecida a necessidade de suportar 340.000,00 euros, correspondentes à parte do Município, podendo surgir ainda trabalhos complementares em avaliação. Destacou que a orientação financeira deve ser prioritariamente dirigida à escola, uma vez que, caso não se disponha de capacidade financeira para concluir as obras, poderá haver risco de não ressarcimento dos investimentos realizados e das candidaturas. Referiu ainda que, face aos acontecimentos em Leiria, prevê-se uma mobilização adicional de recursos financeiros para aquela área, tendo já visitado o local e constatado a gravidade da situação. Referiu que, embora o Município seja de menor dimensão, também enfrenta problemas, mas estes são menos graves comparados com os acontecimentos recentes em Leiria. Considerou que é provável que haja um investimento direcionado para essas áreas, o que poderá dificultar o acesso a financiamentos para o Município. Explicou que existem duas opções: reconhecer que financeiramente a obra é onerosa, entre 2 a 2,5 milhões de euros, e não avançar, ficar apenas um polo construído e realizar uma inauguração incompleta, ou por



40meida

outro lado, priorizar a educação, deixando temporariamente obras como a Casa da Cultura e as piscinas para segundo plano, mas garantir que a intervenção na escola seja completa, considerando tratar-se de um espaço público. Referiu que, é necessário ter capacidade financeira para perceber o impacto destas decisões nas contas do Município. Explicou que, relativamente aos 600 mil euros e aos 700 mil euros, totalizando 1.300.000,00 euros, foi sinalizado obras já contratualizadas e em execução, nomeadamente a obra de 250 mil euros na estrada de Santo Amaro a Ranhados, o Município pode reutilizar o empréstimo para infraestruturas, avaliando as necessidades reais da escola, sem depender de estimativas futuras. Resumiu que se trata de alterar o financiamento e direcionar os recursos para infraestruturas distintas, desistindo da diferença relativa às intempéries, das acessibilidades na rotunda e o foco vai para as obras já contratualizadas, nomeadamente a obra da estrada de Santo Amaro a Ranhados e a obra da Requalificação da Escola, assegurando força financeira para a sua execução imediata. -----
Usou da palavra o **Sr. Vereador Anselmo Sousa**, referindo que, tratando-se de uma obra de grande dimensão e com um investimento significativo, considera que as alterações entretanto identificadas devem ser tidas em conta. Acrescentou que, entende que deve ser feito um esforço para que essas alterações, nomeadamente as que dizem respeito à criação de condições adequadas para pessoas com deficiência e outras melhorias essenciais, sejam contempladas, de forma a garantir que a escola fique com condições dignas. -----

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, que questionou sobre a capacidade de endividamento da Câmara Municipal para suportar esse investimento, questionou igualmente quais as implicações no cumprimento do prazo de execução da obra da escola a nível do PRR, e relativamente à intervenção na escola e ao quadro de investimentos apresentado, pelo que percebeu incidem maioritariamente sobre infraestruturas do edifício, como canalizações e outras intervenções estruturais, assim questionou se contemplam também alguma verba destinada a investimento em material didático ou à modernização dos equipamentos da escola. Questionou ainda, do ponto de vista dos reflexos que a execução da obra terá na comunidade escolar, se será possível assegurar com normalidade o próximo ano letivo ou se ainda se irão verificar alguns constrangimentos. Agradeceu a clareza e objetividade de como colocou a situação, em seguida, colocou uma questão e fez um pedido. Questionou se houve um planeamento específico de todos estes trabalhos antes da candidatura e se os mesmos poderiam ser incluídos na candidatura ou não. Solicitou ao Sr. Presidente a devida autorização para poder visitar a obra da escola, de forma a acompanhar presencialmente os trabalhos e tomar conhecimento direto da situação. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, referiu que, a capacidade de endividamento da Câmara está assegurada, salientando que o Município apresenta uma situação de solidez financeira. Relativamente ao prazo de execução da obra da escola, esclareceu que a componente principal terá de ser executada até julho ou agosto do presente ano. Referiu ainda que, no que respeita aos trabalhos complementares, a respetiva despesa poderá ser assumida até ao final do ano. Explicou que, não estando atualmente esta intervenção enquadrada no PRR, a obra será executada por conta e risco do Município. Acrescentou que, após a sua execução, será apresentada a respetiva candidatura. Relativamente à questão colocada sobre a existência de verba destinada a material didático e à modernização da escola, foi esclarecido que se encontra prevista uma verba na ordem dos duzentos mil euros para aquisição de mobiliário didático. Referiu que a execução da obra deverá incidir neste ano e alertou que, caso seja necessário deslocalizar serviços da escola ou alterar temporariamente o conforto dos alunos durante a realização da obra, tais medidas terão de ser tomadas. Especificou que, por exemplo, se for necessário deslocar os alunos para almoçar noutras instalações, como nas piscinas, para permitir a execução de trabalhos nas cozinhas, tal procedimento deverá ser adotado. Seguidamente



Alameda

explicou que não foi possível incluir todos os trabalhos na candidatura porque, à data, não estavam preparados nem tinham os elementos necessários dentro do prazo da candidatura. Referiu que, à data do início das obras e considerando os trabalhos complementares a serem realizados, havia dúvidas de que a execução pudesse ser incluída no PRR. Manifestou que, teria todo o gosto em acompanhar o Senhor Vereador, juntamente com a equipa técnica, para verificar as alterações previstas na obra da escola para compreender as modificações já realizadas, considerando este acompanhamento importante. -----

O Sr. **Presidente César Figueiredo**, colocou o ponto a votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar o Empréstimo para Financiamento de Investimentos – Alteração dos Investimentos a Financiar, e submetê-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea m), do n.º 1 do art.º 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para que a Assembleia Municipal a possa apreciar e votar, de acordo com o disposto na alínea k), do n.º 1, do art.º 25º do supracitado diploma legal.

Ponto 5 - Especificação dos Investimentos a Financiar com o Empréstimo de Aquisição de Imóveis;

O Sr. **Presidente César Figueiredo**, referindo que, no ponto n.º 5, se encontra incluído o empréstimo solicitado para a aquisição da Viúva Carneiro. Explicou que, quando foi efetuado o pedido de contração do empréstimo, foi necessário cumprir os respetivos procedimentos legais, nomeadamente ao Tribunal de Contas, não sendo possível proceder de imediato ao pagamento do imóvel, devendo primeiro garantir-se o enquadramento e a preparação financeira para a sua aquisição. Esclareceu ainda que à aquisição da Viúva Carneiro, foi acordado pelo valor de 550.000,00 euros, abrangendo um espaço coberto com cerca de 1.050 metros quadrados e um espaço descoberto com cerca de 3.500 metros quadrados. Referiu que foi realizada uma avaliação ao imóvel, cujo valor até se revelou superior, mas que o preço final de aquisição acordado foi de 550.000,00 euros. Informou que, desse montante, já foi entregue um sinal de 50.000,00 euros, valor esse que não poderá ser incluído no empréstimo, uma vez que o mesmo tem de ser validado pelo Tribunal de Contas. Referindo que, neste momento, o Tribunal de Contas solicitou esclarecimentos adicionais, nomeadamente sobre qual a finalidade concreta da utilização do montante do empréstimo, exigindo uma definição clara das operações a realizar. Esclareceu que o Município pretende aplicar esse financiamento, em primeiro lugar, na aquisição do antigo imóvel da Viúva e Carneiro, e ainda que se pretende sinalizar a aquisição de mais dois imóveis, designadamente um edifício situado junto à igreja, e proceder se à demolição dessa construção e instalar no local uns sanitários públicos. Referiu que, o imóvel possui entre 16 a 18 herdeiros, estando a ser desenvolvida negociações para a sua aquisição. Referiu igualmente a Casa das Pombas, no Terreiro de São Domingos, que constitui, segundo indicou, um problema urbano já identificado, entendendo que se trata de uma situação que dificilmente será resolvida pelo proprietário particular, pelo que o Município procura igualmente enquadrar a sua eventual aquisição no âmbito deste processo. Referiu que o Município poderá vir a necessitar desses espaços para fins de habitação a custos acessíveis, de forma a criar condições para acolher pessoas que venham de fora. Acrescentou ainda que esses imóveis poderão também ser utilizados para instalação de associações que necessitem de novos espaços. Nesse sentido, sinalizou os imóveis que pretende adquirir, com esses 600.000,00 euros disponíveis, sendo precisamente essa a informação que, neste momento, o Tribunal de Contas solicita, a clarificação sobre a finalidade concreta da aplicação desse montante. Concluiu referindo que as explicações apresentadas dão resposta aos pontos n.º 4 e n.º 5 da ordem de trabalhos. -----

Usou da palavra o Sr. **Vereador Carlos Fial**, que relativamente ao ponto 5, questionou a data referida na proposta, pois indicava que a Assembleia Municipal teria aprovado um empréstimo



Almeida

na reunião de 28 de fevereiro de 2025, quando, na ata dessa reunião, não consta a aprovação de nenhum empréstimo. Manifestou que deve tratar-se de um erro de data ou que a aprovação terá sido noutra reunião. Seguidamente fez uma breve declaração de voto, referindo que, considerando tratar-se de empréstimos já previamente aprovados e tendo em conta o objetivo principal de fazer face às necessidades surgidas com as obras que estão a ser realizadas na escola, bem como a prioridade destacada pelo Sr. Presidente quanto à execução e ao financiamento dessas obras, optou por votar favoravelmente as duas propostas. Esclareceu que, embora no último mandato não tenha participado na tomada de decisão desses empréstimos, por não integrar qualquer órgão autárquico na altura, decidiu abdicar da posição de conforto e apoiar as propostas, tendo em conta os riscos que poderiam surgir para a comunidade caso os trabalhos fossem adiados. -----

O Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o ponto a votação. A Câmara Municipal deliberou, por maioria dos presentes, com uma abstenção do Sr. Vereador Anselmo Antunes de Sousa, do Partido Socialista, aprovar a proposta de Especificação dos Investimentos a Financiar com o Empréstimo de Aquisição de Imóveis e submetê-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea m), do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, para que a Assembleia Municipal a possa apreciar e votar, de acordo com o disposto na alínea k), do n.º 1 do art.º 25º, do Anexo I do supracitado diploma legal. -----

Ponto 6 - Ratificação-sanação da deliberação tomada em reunião de câmara, relativa à atribuição de apoio financeiro à junta de freguesia de barreira, para realização do “XXXVII encontro venatório do nordeste transmontano”;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a Ratificação-Sanação da deliberação tomada em reunião de câmara realizada a 12 de fevereiro de 2026, relativa à atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Barreira, para realização do “XXXVII encontro venatório do Nordeste transmontano”, no valor de 5.000,00 €, a formalizar através da celebração de protocolo de colaboração, conferindo ainda poderes ao Presidente da Câmara Municipal para a sua outorga. -----

Por fim, foi deliberado que os assuntos constantes desta reunião sejam aprovados em minuta, de acordo com o disposto no n.º 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I a que se refere o nº2 do artigo 1º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação. -----

Encerramento - Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Câmara deu como encerrada a reunião pelas dezassete horas doze minutos. Para que todos os assuntos abordados constassem, lavrou-se a presente Ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que compreende catorze páginas, que vão ser rubricadas e assinadas pelo Presidente e por mim que a secretariei.



O Presidente da Câmara Municipal de Mêda

(Eng. António César Valente Figueiredo)

A Secretária

Leticia Lopes Almeida

(Leticia Lopes Almeida)